

NOTA DE ENVIO

de: Praesidium

para: Convenção

Assunto: **Disposições novas ou revistas da Parte III**

Junto se enviam, à atenção dos membros da Convenção, algumas novas disposições e alguns artigos revistos da Parte III da Constituição, redigidos pelo Praesidium, sobre diversas questões que foram debatidos na última sessão plenária. Estas questões abrangem os seguintes temas:

- Disposições Horizontais (Anexo I);
- Governação Económica (Anexo II);
- Votação no âmbito da PESC (Anexo III).

Junto se enviam também os artigos da Parte III sobre as Instituições, adaptados por forma a corresponderem às disposições da Parte I (Anexo IV).

Estes projectos visam dar resposta às questões levantadas na sessão plenária, a fim de fazer avançar os trabalhos relativos à Parte III, em particular nos domínios directamente relacionados com a Parte I.

Os referidos projectos de textos não condicionam outras alterações que possam vir a ser incluídas à luz de alterações à Parte III que já tenham sido ou possam vir a ser apresentadas por escrito por alguns membros da Convenção até segunda-feira, 23 de Junho às 12h00. Caso o Conselho Europeu de Salónica decida conferir à Convenção algumas semanas adicionais para finalizar a Parte III, o Praesidium distribuirá uma versão revista, a fim de se chegar a um consenso definitivo sobre esta Parte da Constituição numa sessão extraordinária que poderá realizar-se de 9 a 11 de Julho.

Recorda-se que as alterações à Parte III não devem ter por objectivo alterar as disposições existentes sobre políticas, com excepção, obviamente, de domínios tais como a política externa, a governação económica, a liberdade, a segurança e a justiça, que foram analisados no âmbito da Convenção a nível de grupo de trabalho e de sessão plenária.

CLÁUSULAS HORIZONTAIS

TÍTULO I
CLÁUSULAS DE APLICAÇÃO GERAL

Artigo III-0.º (novo)

A União assegurará a coerência entre as diferentes políticas e acções previstas na presente Parte da Constituição, tendo em conta a globalidade dos objectivos da União.

Artigo III-1.º (n.º 2 do ex-artigo 3.º)

Na realização de todas as acções previstas na presente Parte, a União terá por objectivo eliminar as desigualdades e promover a igualdade entre homens e mulheres.

Artigo III-1.º-A (novo)

Na definição e execução das políticas e acções previstas na presente Parte da Constituição, a União terá por objectivo combater a discriminação em razão do sexo, raça ou origem étnica, religião ou crença, deficiência, idade ou orientação sexual.

Artigo III-2.º (ex-artigo 6.º)

As exigências em matéria de protecção do ambiente devem ser integradas na definição e execução das políticas e acções da União previstas na presente Parte, em especial com o objectivo de promover um desenvolvimento sustentável.

Artigo III-2.º-A (n.º 2 do ex-artigo 153.º)

As exigências em matéria de defesa dos consumidores serão tomadas em conta na definição e execução das demais políticas e acções comunitárias.

Artigo III-3.º (ex-artigo 16.º)

Sem prejuízo dos [artigos III-52.º, III-53.º e III-131.º (ex-artigos 73.º, 86.º e 87.º)], e atendendo à posição que os serviços de interesse económico geral ocupam enquanto serviços a que todos na União atribuem valor e ao papel que desempenham na promoção da sua coesão social e territorial, a União e os seus Estados-Membros, dentro do limite das respectivas competências e no âmbito de aplicação da Constituição, zelarão por que esses serviços funcionem com base em princípios e em condições que lhes permitam cumprir as suas missões ¹.

¹ A formulação deste artigo é provisória.

GOVERNACÃO ECONÓMICA

SECÇÃO 3-A

DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS PARA OS MEMBROS DA ZONA EURO

Artigo 1.º (baseado no artigo III-86.º)

1. A fim de assegurar o bom funcionamento da União Económica e Monetária, e de acordo com as disposições pertinentes da Constituição, podem ser adoptadas medidas suplementares específicas para os Estados-Membros que façam parte da zona euro, com o objectivo de reforçar a coordenação das respectivas políticas económicas e a disciplina orçamental. Essas medidas incidirão sobre as orientações de política económica e a respectiva supervisão [n.ºs 2 e 4 do artigo III-68.º], bem como sobre os défices excessivos [n.ºs 6, 7, 8 e 11 do artigo III-3.º].
2. Relativamente às medidas a que se refere o n.º 1, só têm direito de voto os Estados-Membros que fazem parte da zona euro. A maioria qualificada é definida como uma maioria dos votos dos representantes dos Estados-Membros que fazem parte da zona euro, que represente, no mínimo, três quintos da população desses Estados. É exigida a unanimidade desses Estados-Membros para a adopção dos actos que requeiram unanimidade.

Artigo 2.º

As disposições sobre as regras a que obedecem as reuniões entre os Ministros dos Estados-Membros que fazem parte da zona euro constam de protocolo anexo à Constituição.

Artigo 3.º artigo III-81.º

1. A fim de garantir a posição do euro no sistema monetário internacional, os Estados-Membros que fazem parte da zona euro coordenarão as suas acções entre si e com a Comissão, tendo em vista estabelecer posições comuns sobre questões monetárias nas instituições e conferências financeiras internacionais competentes e apoiarão e promoverão tais posições comuns.

Sempre que adequado, o Banco Central Europeu será plenamente associado a essa coordenação, sem prejuízo da sua independência.

2. Com base nessa coordenação, o Conselho, sob proposta da Comissão, poderá adoptar as medidas adequadas para assegurar uma representação unificada nas instituições e conferências financeiras internacionais.

3. No que toca às medidas a que se refere o presente artigo, só os Estados-Membros que fazem parte da zona euro têm direito de voto. A maioria qualificada é definida como uma maioria dos votos dos representantes dos Estados-Membros que fazem parte da zona euro, que represente, no mínimo, três quintos da população desses Estados. É exigida a unanimidade desses Estados-Membros para todos os actos que requeiram unanimidade.

SECÇÃO 4

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Artigo III-186.º (ex-artigo 122.º)

1. Os Estados-Membros a cujo respeito o Conselho não tenha decidido que satisfazem as condições necessárias para a adopção do euro são adiante designados por "Estados-Membros objecto de uma derrogação".

2. Não são aplicáveis aos Estados-Membros objecto de uma derrogação as seguintes disposições da Constituição:

- a) Adopção das partes das orientações gerais das políticas económicas que estão relacionadas de um modo geral com a zona euro (n.º 2 do ex-artigo 99.º)
- b) Meios obrigatórios para obviar aos défices excessivos (n.ºs 9 e 11 do ex-artigo 104.º)
- c) Objectivos e atribuições do Sistema Europeu de Bancos Centrais (n.ºs 1, 2, 3 e 5 do ex-artigo 105.º)
- d) Emissão do euro (ex-artigo 106.º)
- e) Actos do Banco Central Europeu (ex-artigo 110.º)
- f) Medidas relativas à utilização do euro (n.º 4 do ex-artigo 123.º)
- g) Acordos monetários (ex-artigo 111.º)
- h) Representação externa do euro (novo artigo)
- i) Nomeação dos membros do Conselho Executivo do Banco Central Europeu (n.º 2, alínea b), do ex-artigo 112.º).

Por conseguinte, nos artigos acima referidos, por "Estados-Membros" entendem-se os Estados-Membros que não são objecto de derrogação.

3. Os Estatutos do Sistema Europeu de Bancos Centrais prevêm, no Capítulo IX, que os Estados-Membros objecto de derrogação e os respectivos bancos centrais nacionais fiquem excluídos dos direitos e obrigações inerentes ao Sistema Europeu de Bancos Centrais.

4. Quando o Conselho adopte medidas referidas nos artigos enumerados no n.º 2, ficam suspensos os direitos de voto dos Estados-Membros objecto de derrogação. A maioria qualificada é definida como uma maioria dos votos dos representantes dos Estados-Membros que não são objecto de derrogação, que represente, no mínimo, três quintos da população desses Estados. É exigida a unanimidade desses Estados-Membros para todos os actos cuja adopção exija a unanimidade.

VOTAÇÃO NO ÂMBITO DA PESC

A alínea b) do n.º 2 do artigo III-196.º passa a ter a seguinte redacção:

- "b) Sempre que adopte uma decisão sobre uma acção ou posição da União sob proposta do Ministro apresentada na sequência de um pedido específico que o Conselho Europeu lhe tenha dirigido por iniciativa própria ou por iniciativa do Ministro."

INSTITUIÇÕES

CAPÍTULO 1: INSTITUIÇÕES

Secção 1 PARLAMENTO EUROPEU

Artigo III-227.º (ex-artigo 190.º)

1. O Parlamento Europeu elabora um projecto de lei europeia a fim de permitir a eleição dos seus membros por sufrágio universal directo, segundo um processo uniforme em todos os Estados-Membros ou baseado em princípios comuns a todos os Estados-Membros.

O Conselho, deliberando por unanimidade, após aprovação do Parlamento Europeu, que se pronuncia por maioria dos membros que o compõem, aprova a lei referida no parágrafo anterior, cuja adopção recomenda aos Estados-Membros, em conformidade com as respectivas normas constitucionais.

2. Por lei europeia do Parlamento Europeu, adoptada por sua própria iniciativa, são estabelecidos o estatuto e as condições gerais de exercício das funções dos seus membros. O Parlamento Europeu delibera após parecer da Comissão e mediante aprovação do Conselho. Todas as regras ou condições respeitantes ao regime fiscal dos membros ou ex-membros exigem a unanimidade no Conselho.

3. Durante a legislatura de 2004-2009, a composição do Parlamento Europeu será a que se encontra definida no Protocolo relativo à Representação dos Cidadãos no Parlamento Europeu.

Secção 3 CONSELHO

Artigo III-240.º (ex-artigos 203.º e 204.º)

1. O Conselho reúne-se por convocação do seu Presidente, por iniciativa deste, de um dos seus membros ou da Comissão.
2. **O Conselho Europeu adoptará, por sua iniciativa e por unanimidade, uma decisão que estabeleça as normas que regem a rotação da Presidência das formações do Conselho.**

Secção 4 COMISSÃO

Artigo III-245.º (n.º 1 do ex-artigo 213.º e ex-artigo 214.º)

Os Comissários Europeus e os Comissários sem direito de voto são nomeados por um período de cinco anos, sob reserva, se for caso disso, do artigo III-238.º. Só nacionais dos Estados-Membros podem ser Comissários Europeus ou Comissários.

Artigo III-246.º (n.º 2 do ex-artigo 213.º)

Os Comissários Europeus e os Comissários abster-se-ão de praticar qualquer acto incompatível com a natureza das suas funções. Os Estados-Membros comprometem-se a respeitar este princípio e a não procurar influenciar os **Comissários Europeus e os Comissários** no exercício das suas funções.

Enquanto durarem as suas funções, os **Comissários Europeus e os Comissários** não podem exercer qualquer outra actividade profissional, remunerada ou não. Além disso, assumirão, no momento da posse, o compromisso solene de respeitar, durante o exercício das suas funções e após a cessação destas, os deveres decorrentes do cargo, nomeadamente os de honestidade e discrição, relativamente à aceitação, após aquela cessação, de determinadas funções ou benefícios. Se estes deveres não forem respeitados, o Tribunal de Justiça pode, a pedido do Conselho, deliberando por maioria simples, ou da Comissão, ordenar a demissão compulsiva do membro em causa, nos termos do artigo III-248.º, ou a perda do seu direito a pensão ou de quaisquer outros benefícios que a substituam.

Artigo III-247.º (ex-artigo 215.º)

1. Para além das substituições normais e dos casos de morte, as funções de **Comissário Europeu ou Comissário** cessam individualmente por demissão voluntária ou compulsiva. Os **Comissários Europeus ou Comissários** apresentam a sua demissão se o Presidente lho pedir.
2. **O Comissário Europeu ou Comissário demissionário, demitido ou falecido, será substituído, pelo período remanescente do seu mandato, por um novo Comissário Europeu ou Comissário, nomeado pelo Presidente da Comissão em conformidade com o mesmo processo.**
3. **Em caso de demissão voluntária ou compulsiva, ou de morte, o Presidente é substituído pelo período remanescente do seu mandato. É aplicável à substituição do Presidente o processo previsto no n.º 1 do artigo I-26.º.**
4. Em caso de demissão de todos os **Comissários Europeus e Comissários**, estes permanecem em funções até serem substituídos, pelo período remanescente dos seus mandatos, de acordo com os processos previstos nos **artigos I-25.º e I-26.º.**

Artigo III-248.º (ex-artigo 216.º)

Qualquer **Comissário Europeu ou Comissário** que deixe de preencher os requisitos necessários ao exercício das suas funções ou tenha cometido falta grave pode ser demitido pelo Tribunal de Justiça, a pedido do Conselho, deliberando por maioria simples, ou do **Colégio**.

Artigo III-249.º (ex-artigo 217.º)

As responsabilidades que incumbem à Comissão são estruturadas e distribuídas entre os seus membros pelo Presidente, sob reserva do n.º 3 do artigo I-26.º da Constituição. O Presidente pode alterar a distribuição dessas responsabilidades no decurso do mandato. Os **Comissários Europeus e Comissários** exercem as funções que lhes foram atribuídas pelo Presidente sob a responsabilidade deste.

[Artigo III-250.º]

Artigo III-251.º (ex-artigo 218.º)

O **Colégio** aprova o seu regulamento interno, de forma a garantir o seu próprio funcionamento e o dos seus serviços. O **Colégio** assegura a publicação desse regulamento interno.

Artigo III-252.º (ex-artigo 219.º)

As deliberações do **Colégio** são tomadas por maioria dos membros que a compõem. O regulamento interno fixa o quórum.

Artigo III-253.º (ex-artigo 212.º)

A Comissão publica anualmente, pelo menos um mês antes da abertura da sessão do Parlamento Europeu, um relatório geral sobre a actividade da União.

CAPÍTULO 2: ÓRGÃOS CONSULTIVOS DA UNIÃO

Secção 1 COMITÉ DAS REGIÕES

Artigo III-288.º (ex-artigo 263.º)

O número de membros do Comité das Regiões não será superior a trezentos e cinquenta. A composição do Comité será determinada por lei europeia do Conselho, adoptada por unanimidade.

Os membros do Comité, bem como igual número de suplentes, são

Secção 2 COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL

Artigo III-291.º (ex-artigo 258.º)

O número de membros do Comité Económico e Social não será superior a trezentos e cinquenta. A composição do Comité será determinada por lei europeia do Conselho, adoptada por unanimidade.
